

Cresce número de denúncias de crimes de ódio e pornografia infantil na internet: especialistas alertam para banalização de discursos extremistas

Por João Gabriel Vieira Camargo

O avanço das denúncias de crimes virtuais no Brasil acende um alerta sobre o crescimento de conteúdos de ódio e exploração infantil na internet. Dados divulgados pela Safernet Brasil mostram um aumento preocupante nas notificações de pornografia infantil e LGBTfobia entre 2020 e 2021, revelando que o ambiente digital ainda é um terreno fértil para violações graves de direitos humanos.

Segundo o levantamento, foram 101.833 denúncias de pornografia infantil em 2021 — um aumento de 3,65% em relação ao ano anterior. O número é o maior desde 2011, indicando que as redes sociais e plataformas digitais continuam sendo usadas para a circulação desse tipo de conteúdo. As páginas denunciadas chegaram a 53.960, das quais 23.588 foram removidas.

Já as denúncias de LGBTfobia somaram 5.347 casos em 2021, um crescimento de 1% em relação a 2020. Destas, 2.300 páginas foram retiradas do ar. Especialistas apontam que o aumento reflete tanto a persistência da intolerância quanto uma maior conscientização da população sobre a importância de denunciar.

O caso Monark e o perigo da normalização do discurso extremista

O debate sobre os limites da liberdade de expressão e o avanço de ideias extremistas voltou ao centro das atenções em fevereiro de 2022, quando o influenciador Bruno Aiub, conhecido como Monark, então apresentador do podcast Flow, afirmou que “deveria existir um partido nazista”. A declaração gerou forte reação pública, sendo amplamente condenada por autoridades, instituições judaicas e defensores dos direitos humanos.

Apesar de posteriormente se retratar, o episódio expôs um problema mais profundo: a banalização de discursos de ódio em nome da liberdade de expressão. Para especialistas, declarações como a de Monark podem legitimar ideologias violentas e encorajar grupos extremistas que já operam nas redes.

Segundo a advogada e pesquisadora de direitos digitais Laura Mendes, “a internet ampliou a voz de quem antes estava à margem, mas também potencializou a disseminação de ódio. Quando figuras públicas relativizam crimes como o nazismo, enviam uma mensagem perigosa: a de que discursos antidemocráticos podem ser apenas opiniões.”



Responsabilidade e educação digital

O aumento das denúncias e casos de discurso extremista demonstra a urgência de políticas públicas voltadas para a educação digital e a regulação das plataformas. O desafio, segundo a Safernet, é equilibrar o direito à liberdade de expressão com a proteção contra crimes virtuais e discursos que atentem contra grupos vulneráveis.

O diretor da organização, Thiago Tavares, reforça que “a internet não é um espaço sem lei. Todo conteúdo que promove ódio, discriminação ou exploração infantil precisa ser responsabilizado, assim como acontece no mundo offline”.

Enquanto o número de denúncias cresce e a sociedade se mobiliza, o caso Monark serve como um lembrete de que a desinformação e a negligência diante de discursos perigosos têm consequências reais. A luta contra o extremismo e o ódio online exige não apenas leis e denúncias, mas também consciência coletiva e responsabilidade ética na forma como comunicamos e compartilhamos ideias na era digital.